

II ENCONTRO DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL DO ALTOMINHO

14 E 15 DE ABRIL 2023
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
~VIANA DO CASTELO~

ORGANIZAÇÃO



APOIOS



SEXTA-FEIRA, 14 DE ABRIL

SEXTA-FEIRA, 14 DE ABRIL

9H00 – 9H30 Recepção dos participantes

9H30 – 9H45 Sessão de Abertura – Auditório da Biblioteca da Escola Superior da Educação/IPVC

9H45 – 10H45 Auditório da Biblioteca da ESE/IPVC – Sessão 1

- *As Fábricas da Quinta da Prova Revisitadas*

José M. Lopes Cordeiro (APPI-TICCIH/Portugal)

- *Vilar de Mouros, aldeia industrial. Vinte anos de pesquisas do Grupo de Estudo e Preservação do Património Vilamourense*

Paulo Torres Bento (GEPPAV)

- *Fornos de Cal no distrito de Viana do Castelo: um património esquecido*

Fernando Ricardo Silva (CITCEM)

10H45 – 11H00 Pausa para café

11H00 – 12H00 Auditório da Biblioteca da ESE/IPVC – Sessão 2

- *A mudança na Industrialização através da evidência patrimonial: um estudo com alunos do 8.º ano*

Nelson Couto Pereira (UMinho) e Glória Solé (Cied, UMinho)

- *O Património Industrial do Alto Minho como objeto de Educação Histórica e Patrimonial*

Gonçalo Maia Marques (ESE-IPVC)

- *O Museu do Brinquedo Português de Ponte de Lima: guardião do património Industrial*

Ana Carneiro (Museu do Brinquedo)

12H00 – 12H30 Debate

12H30 – 14H30 Almoço Livre

14H30 – 16H00 Auditório da Biblioteca da ESE/IPVC – Sessão 3

- *Testemunho de António Moreira Brás (Ex-autarca da freguesia de Âncora – Caminha), Ponte Eiffel do rio Âncora: algumas notas pela sua salvaguarda*

- *Ponte de Viana do Castelo, da Casa Eiffel*

António Vasconcelos (APPI-TICCIH/Portugal)

- *Linha do Vale do Lima: o seu potencial como Rota do Património Industrial Ferroviário*

Rui Manuel Rodrigues Mala (CER e APPI-TICCIH/Portugal)

- *O potencial turístico do património mineiro de Ponte de Lima*

Ana Carneiro (Museu do Brinquedo)

- *Os desafios do turismo (industrial) regenerativo: o caso da Fábrica do Chocolate Hotel | Museu, Viana do Castelo*

Goretti Silva (CITUR) e Marco Rebelo (IPVC)

16H00 – 16H15 Pausa para café

16H15 – 18H00 Auditório da Biblioteca da ESE/IPVC – Sessão 4

- *Fábrica de Moagem e Descasque de Arroz de Ponte de Sor*
Fillpa Pereira (UÉvora)

- *O Centenário Funicular do Monte de Santa Luzia*

António Vasconcelos (APPI-TICCIH/Portugal)

- *Arquitetura Industrial maldita: o caso do Matadouro Municipal de Viana do Castelo (1926)*

Jorge Teixeira (ESTG/IPVC) Manuel Rivas (ESTG/IPVC) Ermanno Aparo (ESTG/IPVC) Lilliana Soares (ESTG/IPVC) Rui Cavaleiro (ESTG/IPVC)

- *Alvarães, Terra da Cerâmica*

José Maria Miranda Pinto, Marcial Araújo Passos e Jaques Araújo Torres

18H00 – 18H15 Debate

9H00 Saída da Escola Superior da Educação/IPVC em direção à freguesia de Covas (V. N. Cerveira)

10H00 Visita à Central Hidroelétrica do Coura, guiada por Paulo Torres Bento

12H30 Almoço em Covas

14H00 Saída em direção à freguesia de Alvarães (Viana do Castelo)

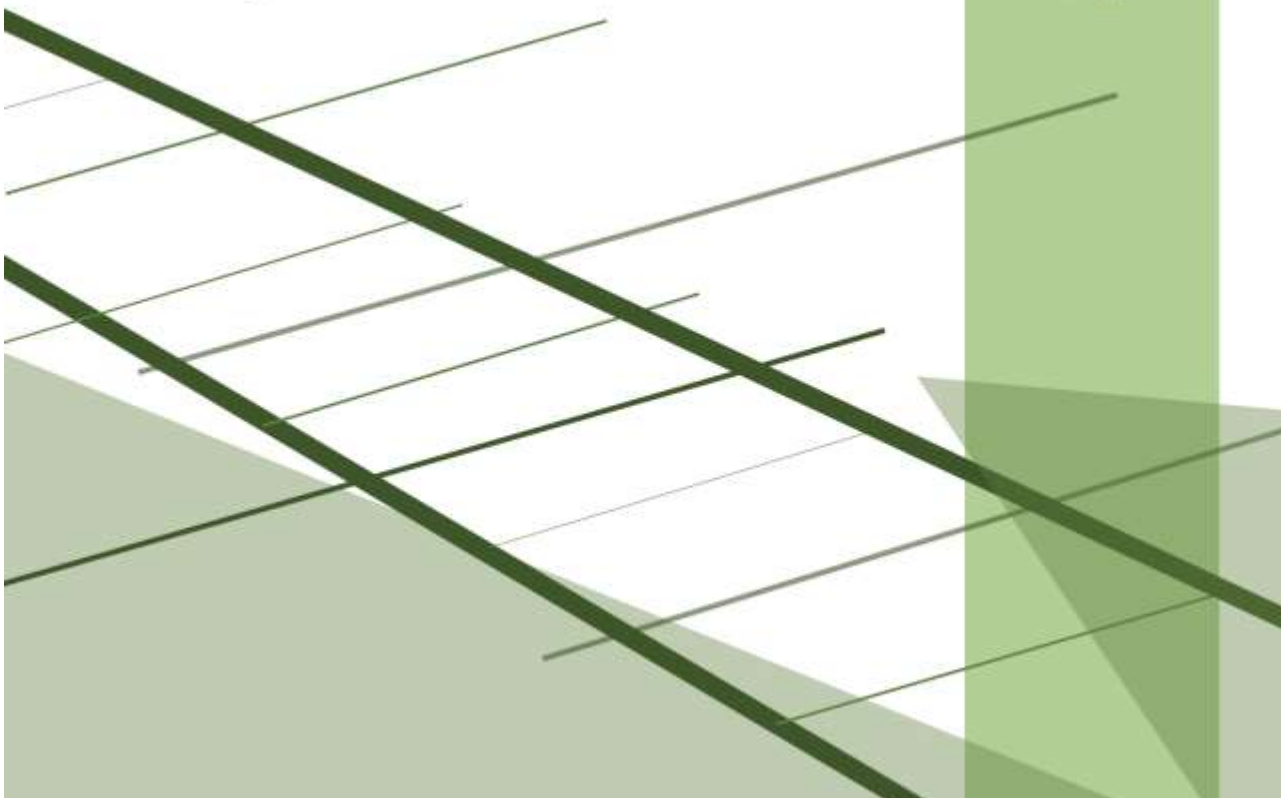
14H45 Visita aos Fornos da Cal (Darque), guiada por Fernando Ricardo Silva

15H30 Assinatura do Acordo de Colaboração de adesão à Rede Nacional do Turismo Industrial da Rota da Cerâmica de Alvarães

16H00 Visita aos Fornos Telheiros e à Fábrica Jerónimo Pereira Campos, em Alvarães, guiada por José Maria Miranda Pinto, Marcial Araújo Passos e Jacques Araújo Torres

17H30 Encerramento dos trabalhos do I Encontro sobre Património Industrial do Alto Minho

18H00 Chegada à Escola Superior de Educação/IPVC



RESUMOS

As Fábricas da Quinta da Prova revisitadas

José Manuel Lopes Cordeiro (APPI-TICCIH/Portugal)

No final do séc. XVIII-início do séc. XIX o Noroeste do país estava a iniciar um processo de industrialização, à semelhança do que então se verificava na Europa. Os seus promotores eram elementos da nobreza bem colocados no aparelho do Estado e comerciantes estrangeiros radicados em Portugal. Alguns destes empreendimentos industriais beneficiavam de condições vantajosas proporcionadas pela Coroa, destacando-se entre eles as Reais Fábricas de Fiação de Linho, de Algodão e de Lã da Quinta Da Prova, próximo de Ponte da Barca mas ainda em território do concelho dos Arcos de Valdevez. Fundadas em 1805 por António de Araújo de Azevedo, conde da Barca, o qual contou com o apoio e a colaboração de Jácome Ratton, constituíam um importante complexo industrial, composto por fábricas de fiação de linho, algodão e lã, assim como de tecelagem, movidas pela acção da água do rio Vez. Em virtude das invasões napoleónicas, os planos de montagem destas fábricas foram abandonados em 1807, quando o conde da Barca partiu para o Brasil, acompanhando a Família Real, não tendo sido retomados após o restabelecimento da paz. Esta comunicação procurará apresentar a importância histórica destas fábricas e dos seus vestígios, a qual não tem sido muito valorizada pela historiografia, assim como salientar o seu potencial a diversos níveis, tais como o educacional, o arqueológico e, inclusivamente, o turístico.

Vilar de Mouros, aldeia industrial. Vinte anos de pesquisas do Grupo de Estudo e Preservação do Património Vilarmourense

Paulo Torres Bento (GEPPAV)

Apesar da localização periférica e da natural ruralidade de uma terra alto-minhota, os resultados dos trabalhos de pesquisa que, desde 2004, o Grupo de Estudo e Preservação do Património Vilarmourense tem desenvolvido em Vilar de Mouros, vieram demonstrar o carácter industrial desta localidade, distinguindo-a no contexto do concelho de Caminha e mesmo da região em que se insere. Entre as razões específicas de uma ou outra profissão estudada — ferreiros, estucadores, maquetistas, mineiros, oleiros —, sobressai uma variável a montante que marca indelevelmente a história e a economia vilarmourenses, o rio Coura, que atravessa a freguesia a escassos quilómetros do encontro com o rio Minho e o Atlântico. Uma boa ponte de pedra — protegida, a curta distância, por uma torre de atalaia — levantada em finais da Idade Média, constituiria o agente determinante de diferenciação, fazendo para ali deslocar o centro da freguesia (até então ao redor da igreja paroquial), concentrando as populações e as atividades económicas em redor do novo ponto de passagem e, por último, mas não menos decisivo, delimitando a navegabilidade fluvial. Foi com este contexto favorável que na época contemporânea Vilar de Mouros se afirmou como uma das mais populosas freguesias do concelho de Caminha, beneficiando, como todo o país e o Minho em particular, de uma dinâmica de crescimento que a fez ascender ao longo do século XIX dos pouco mais de 700 para os quase 1000 habitantes. Passados os piores momentos das invasões francesas, da guerra civil e da Patuleia, arrancou a industrialização da freguesia, que tinha na qualidade e na força motriz das águas do Coura, não só a razão da sua riqueza agrícola, mas também a explicação maior para uma crescente implantação de atividades secundárias — as azenhas do rio, os moinhos do Viso, os fornos da cal, as oficinas de ferreiro, a exploração mineira de estanho e volfrâmio, a fábrica de louça de Chelo, uma grande fábrica de serração, fábricas de laticínios, entre outras — que fariam de Vilar de Mouros até meados do século XX uma verdadeira aldeia industrial, exportando produtos e recursos humanos qualificados para o mercado nacional, a vizinha Galiza e até a diáspora.

Fornos de Cal no distrito de Viana do Castelo um património esquecido

Fernando Ricardo Silva (CITCEM)

Apesar de não existir no Alto Minho a matéria-prima necessária, é ainda possível encontrar, nesta região, algumas das estruturas que se destinavam à produção de cal.

O presente trabalho tem por base os resultados da nossa investigação, apresentados à Faculdade de Letras da Universidade do Porto enquanto dissertação de Mestrado em Arqueologia (SILVA, 2015), centrada nos fornos de cal artesanais das épocas Moderna e Contemporânea, no espaço geográfico do distrito de Viana do Castelo, publicação para a qual remetemos o leitor e onde constam todas as referências bibliográficas consultadas. Recuando até à Pré-História, damos aqui conta de algumas das evidências da utilização da cal, em tempos mais recuados e em diferentes civilizações. Revemos a sequência de operações que ocorrem desde a extracção da rocha calcária até ao produto final, e as suas múltiplas aplicações, anteriores e actuais. Relativamente a esta produção no Alto Minho, revelamos as diferentes origens da pedra calcária, o meio de transporte utilizado e os fornos conhecidos até ao momento, alguns dos quais ainda existentes, nos concelhos de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Caminha, Valença e Monção. Acrescentamos ainda uma breve mostra dos resultados preliminares do nosso projecto de investigação mais vasto, de âmbito nacional, denominado FORCAL, aprovado pela Direcção Geral do Património Cultural, que tem como objectivos a identificação, registo e estudo dos fornos de cal artesanais em Portugal, através do qual temos vindo a “construir” um inventário dos exemplares ainda existentes.

A mudança na industrialização através da evidência patrimonial: um estudo com alunos do 8.º ano

Nelson Couto Ferreira (UMinho) e Glória Solé (UMinho)

A presente comunicação resulta de uma parte do estudo implementado no âmbito do relatório de estágio intitulado: “As concepções sobre mudança, em alunos do 8º ano, com base na exploração dos temas sobre revolução agrícola e industrial nos finais do século XVIII”, realizado na Universidade do Minho, no Mestrado em Ensino de História no 3.º CEB e no Ensino Secundário. Um dos elementos essenciais consistiu na exploração das ideias que os alunos aportam em relação a conceitos substantivos, relacionados direta e indiretamente com a atividade industrial, nomeadamente na forma como concebem e racionalizam noções de revolução quando esta está vinculada a transformações relacionadas com a atividade industrial, interrelacionando-as com a evidência material do património industrial. No presente estudo procurou-se responder à seguinte questão de investigação: *Que dificuldades expressam os alunos sobre mudança histórica quando analisam fontes diversas subordinadas à temática em estudo?* Foi possível observar, numa fase inicial, sobre o significado de revolução expresso pelos alunos, a partir de fontes iconográficas, relacionadas com fontes patrimoniais industriais, desenvolvimentos tecnológicos, socioculturais e económicos, associados às transformações produtivas, como sendo representativo dessa mesma noção de mudança, como rutura pontual e isolada, associado à ideia de mudança como progresso linear e gradualmente substituída por ideias de mudança como diversidade, com diferentes ritmos, avanços e recuos, ruturas e continuidades.

O Património Industrial do Alto Minho como objeto de Educação Histórica e Patrimonial

Gonçalo Maia Marques (ESE-IPVC)

O Alto Minho – e a região envolvente de Viana do Castelo, em particular – encontra-se ligado a um vasto património histórico e cultural (desde o religioso e laico, ao marítimo e fluvial, passando pelo arqueológico e imaterial, entre outros) em que a dimensão industrial é, necessariamente, elemento de destaque. As fábricas e unidades produtivas de diversos setores de atividade que, desde finais do século XVIII e inícios do XIX, se foram impondo na paisagem do Distrito, são assinaláveis. Por um lado, representam uma mudança significativa na paisagem rural e agrária dominantes até então, por outro representam efeitos de concentração populacional e de “afeamento” (de acordo com alguns autores mais românticos e naturalistas) do casario alto-minhoto. A nossa proposta procura congrega e reunir alguns desses recursos históricos e patrimoniais, associando-os às

orientações curriculares atualmente em vigor (Aprendizagens Essenciais) no ensino básico e ao trabalho pedagógico e didático que importa fazer, em sala de aula, nomeadamente no âmbito da unidade curricular de História e Geografia de Portugal. Sabemos que a história local desperta nas crianças e jovens um grande interesse, pelo que a sua exploração pedagógica é recomendada pela literatura especializada desde a mais tenra idade. A proximidade a muitos destes elementos e o seu poder na (re)construção de memórias e sentimentos de pertença a uma comunidade, garante a afirmação de uma identidade sustentada num sentido crítico e contextual. Nesse sentido, importa lutar por um maior aprofundamento dos temas que, na nossa perspetiva, implica repensar articulações intra e extra-curriculares e um efetivo e maior aprofundamento dos tempos letivos da disciplina, sem a qual a memória ficará, forçosamente, “amputada” e diminuída. Esta proposta procura, igualmente, ser uma oportunidade de discussão e debate no seio da formação de professores e educadores tendo em vista a valorização do património “recente” e de muitas evidências que se encontram ao nosso dispor, bem próximas da escola e do local onde vivemos, tornando, assim, a História e a Geografia mais próximas, mais intuitivas e mais ricas enquanto objeto de estudo e investigação. Sabemos que uma das grandes dificuldades do ensino da História e Geografia são, muitas vezes, a necessidade de abstração e de contextualização de realidades ameaçadas pela modernidade e pela própria passagem do tempo. O desafio será, através da Educação Histórica e Patrimonial, alcançar efeitos desejados como o conhecimento, inventariação e valorização deste importante elemento do Património Histórico e Cultural do Alto Minho.

O Museu do Brinquedo Português de Ponte de Lima: guardião do património industrial

Ana Carneiro (Museu do Brinquedo)

Todos nós sabemos que a preservação da cultura, da história, do património e da memória sempre foi, ao longo dos tempos, um grande desafio. Nesse contexto, os museus exercem um papel de extrema relevância ao colocar à disposição das suas comunidades e do mundo um espaço de conexão entre o passado, o presente e o futuro. Ao analisar e ao compreender o passado estão a aprimorar mecanismos que vão influenciar o presente para que novos conhecimentos e técnicas sejam disponibilizados para a sustentabilidade das futuras gerações. Os museus são, assim, importantes instrumentos de preservação da memória cultural de um povo, e responsáveis pela valorização, difusão e salvaguarda do seu património, através da implementação de soluções dinâmicas e flexíveis que assegurem a colaboração ativa e responsável entre vários intervenientes. O Museu do Brinquedo Português de Ponte de Lima, em particular, fomenta a salvaguarda de um património industrial, único no país, e promove a história do brinquedo produzido em território nacional, desde finais do século XIX até 1986, refletindo valores de memória, antiguidade, raridade, originalidade e exemplaridade, constituído em torno de valores estéticos e artísticos. Um património que apresenta as mudanças operadas ao longo dos tempos na indústria do brinquedo ao nível do saber-fazer, das práticas e materiais utilizados, indissociáveis de uma reestruturação técnica, cultural, social e económica. Enquanto organismo recetor, guardião e transmissor de um património material e imaterial vasto e valioso, apresenta-se também como um espaço cultural e educativo que estimula e incentiva a aprendizagem e a (re)construção do conhecimento de uma forma lúdica e dinâmica, oferecendo propostas ricas em experiências visuais e de criação artística. Tendo firmado o protocolo de adesão à Rede Europeia de Património Industrial para integrar um dos mais relevantes itinerários culturais do Conselho da Europa, da rede nacional de turismo industrial, o Museu do Brinquedo Português de Ponte de Lima assume-se, também, como um espaço de diálogo intercultural, diversidade histórica e cultural com responsabilidades e intercâmbios transfronteiriços.

Ponte de Viana do Castelo, da Casa Eiffel

António Vasconcelos (APPI-TICCIH/Portugal)

A ponte ferroviária sobre o rio Lima em Viana do Castelo, classificada como Património Municipal, é uma notável obra de arte metálica construída pela Casa Eiffel. Marca indelévelmente a paisagem ribeirinha de Viana do Castelo, sendo um *ex-libris* desta bela cidade do Alto Minho. Foi inaugurada a 30 junho de 1878 pelo então Presidente do Conselho de Ministros, Fontes Pereira de Melo, e pelo Ministro das Obras Públicas, Lourenço de Carvalho (ou seja, cerca de 8 meses mais tarde que a Ponte Maria Pia, inaugurada a 4 de novembro de 1877 e desativada a 24 de junho 1991). Esta ponte rodoferroviária, apresenta algumas

particularidades únicas no universo das pontes ferroviárias portuguesas, a saber: É a ponte ferroviária mais antiga em serviço (1878). É também a única ponte da Casa Eiffel que se encontra em serviço. As restantes pontes foram desativadas ou demolidas ou adaptadas para trânsito rodoviário. Foi a primeira ponte rodoferroviária (de dois tabuleiros sobrepostos) construída em Portugal.

Linha do Vale do Lima: o seu potencial como Rota do Património Industrial Ferroviário

Rui Manuel Rodrigues Maia (CER e APPI-TICCIH/Portugal)

A Linha do Vale do Lima foi um caminho de ferro executado no século XX que pretendia ligar Viana do Castelo a Ponte de Lima, e daí até Ponte da Barca até alcançar a fronteira através do Lindoso. Todavia, em 1967, acabaria por ser desclassificada e, conseqüentemente, abandonada. Os atuais vestígios do velho traçado ferroviário irão continuar a desaparecer com o decorrer dos tempos, caso continuem a ser desvalorizados. Muitas das partes do velho traçado deram lugar a outras formas de ocupação, desde espaços dedicados a cultivos, construção de habitações, empresas, estradas e outras infraestruturas. Aquilo que ainda persiste da velha Linha do Vale do Lima são sobretudo as Obras de Arte mais robustas e imponentes, como Pontes, Pontões e Muros, estes últimos, têm sido destruídos de forma gradual e evidente, pelo que, quem percorre a Estrada Nacional 202, apercebe-se de forma cabal das sucessivas metamorfoses do percurso. Urge preservar e valorizar o que ainda resta, sob pena de tudo desaparecer. Quiçá, criando uma Rota Cultural, dedicada ao Património Industrial Ferroviário da região.

O potencial turístico do património mineiro de Ponte de Lima

Ana Carneiro (Museu do Brinquedo)

Ponte de Lima apresenta um elevado potencial no desenvolvimento de projetos estruturantes para a área do turismo que projetam a região em Portugal e além-fronteiras, atraindo visitantes e turistas. Sendo um território detentor de uma diversidade única, é possuidor de recursos e produtos turísticos diferenciadores, alguns objetos de valorização e reconhecimento no presente, outros ainda subaproveitados. Nesta rica diversidade, claramente valorizada, figura o património material e imaterial, nomeadamente o património natural, paisagístico e edificado, o património cultural com fortes tradições implementadas, e notoriamente apreciado. No entanto, existe outro tipo de património de elevado valor cultural, que embora já tenha despertado a atenção de especialistas, ainda é pouco conhecido e/ou reconhecido e conseqüentemente pouco valorizado. Neste caso específico insere-se o património mineiro, expressão da identidade deste território, enquanto manifestação de desenvolvimento económico e social de uma época. Este património aglutina as minas da Serra d'Arga que constituem um território mineiro significativo dedicado à exploração mineira, particularmente do volfrâmio e do estanho, e que estavam agregadas à 'Separadora' de Ponte de Lima. Ostentando um elevado potencial turístico este património mineiro encontra-se apto para ser alvo de processos de reabilitação, de revitalização e de regeneração para fruição e lazer. A revitalização deste território mineiro possibilitará a implementação de itinerários turístico-culturais e a recuperação de edifícios de apoio, que se constituirão como um instrumento de potenciação dos valores patrimoniais e culturais, e compreenderão as relações entre o meio, o ordenamento e a regeneração do território. Torna-se, assim, fundamental destacar este tipo de património, que deverá ser mobilizado numa estratégia de desenvolvimento capaz de atrair um segmento de turismo diversificado, regional, nacional e internacional que se posiciona por uma escolha clara e pela qualidade sustentável. A singularidade deste tipo de turismo está fortemente relacionada com a cultura e com o património industrial desta região, que se assume como uma herança cultural, crucial para projetar o futuro, em articulação com elementos de preservação, conservação e salvaguarda.

Os desafios do turismo (industrial) regenerativo: o caso da Fábrica do Chocolate Hotel/Museu, Viana do Castelo

Goretti Silva (CITUR) e Marco Rebelo (IPVC)

O empreendimento Fábrica de Chocolate Hotel |Museu, constitui-se como um projeto inovador e singular. O tema do chocolate é o elemento condutor, que lhe confere especificidade e singularidade no panorama da

oferta turística a nível nacional, em torno do qual se desenvolve a diversidade de produtos/serviços propostos. O projeto oferece, além do alojamento, um conjunto de serviços integrados sob a temática do Chocolate, nomeadamente serviços de restauração e bebidas, tratamentos de chocoterapia, loja gourmet e centro de interpretação do chocolate, um espaço que reúne as funções pedagógica, cultural e recreativa. A visão deste projeto assenta no aproveitamento de património edificado para fins turísticos, procurando proporcionar aos turistas experiências autênticas, a “atmosfera do lugar”. Os edifícios que acolhem as diversas valências, uma antiga fábrica de chocolate e a oficina anexa, classificados como de interesse municipal, são dois belos exemplares da época modernista realizada em Viana do Castelo, da autoria do arquiteto José Fernandes Martins (1866-1945). Este projeto materializa o pressuposto expresso no Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT, 2015), de que o potencial competitivo de Portugal em termos turísticos assenta em grande medida no património edificado, no património imaterial e na oferta cultural, e a valorização turística dos centros históricos, nomeadamente através de museus e artes criativas. O projeto promove um dos princípios consignados como prioritários (fatores críticos) no âmbito do produto Turismo Cultural que através da criação de alojamento diferenciado, bem com a articulação entre turismo, cultura e tecnologia. Mas a adaptação de pré-existências, pese embora o seu valor histórico e arquitetónico, não deixa de constituir um desafio, por vezes hercúleo, de conjugação entre função e forma, preservação do legado e otimização dos espaços, sobretudo quando o contexto é empresarial, colocando em confronto a sustentabilidade do património e a viabilidade do negócio. Questões a debater ao longo desta apresentação.

Fábrica de Moagem e Descasque de Arroz de Ponte de Sor

Filipa Pereira (UÉvora)

A condição pós-industrial da economia contemporânea preencheu os territórios de quantidades significativas de artefactos industriais, chaminés, fornos, armazéns, entre outros. Estes edifícios de vanguarda que em outro tempo foram protagonistas e símbolo do progresso social, tecnológico e arquitetónico, representam uma particularidade de testemunhos que tiveram profundas consequências históricas. Segundo Vázquez, 1999, “com a sua obsolescência funcional, a arquitetura industrial moderna começou uma nova e definitiva etapa; uma etapa em que os arquitetos nunca acreditaram chegar e que provavelmente não desejaram: a sua entrada no museu da história” (Vázquez, 1999, p. 189). Os edifícios industriais apresentam diferentes valores científicos, tecnológicos e estéticos, ao nível da arquitetura, que nos levam a classificá-los como edificações de exceção, uma vez que marcaram uma época, em termos de produção, tipologias e paisagens (TICCIH, 2003). A fábrica de moagem de Ponte de Sor é de importante valor patrimonial e essencial para a história da cidade. O complexo industrial era composto pela mais moderna arquitetura e tecnologia de produção, o sistema Austro-húngaro. Para a produção de moagem e de descasque de arroz implementava-se um sistema em linha vertical em torno das seguintes operações básicas: limpeza, lavagem, moagem, ensacamento e armazenamento. Como em todas as moagens modernas, o sistema de produção era contínuo desde a chegada do cereal até a sua saída já transformado. A maquinaria distribuía-se pelos diferentes pisos, comunicando-se por tubagens que faziam o circuito do grão (Vega & Gálvez, 2011). Esta unidade industrial funcionou com uma secção de descasque de arroz, uma secção de moagem de farinha espoada e uma outra de moagem de farinha em rama, usada pelos moleiros da região nos meses de estio. Em 1968, passou operar exclusivamente como fábrica de descasque de arroz, ficando assim, conhecida como Fabrica de Arroz. Após um período de inatividade, o edifício foi adquirido pelo Município de Ponte de Sor, em 1997, com objetivo de revitalizar este espaço. Do antigo edifício fabril surge uma área cultural e um importante núcleo de arqueologia industrial, com a maquinaria ainda existente da secção de secagem e descasque de arroz e da moagem de farinha em rama. O projeto baseou-se fundamentalmente na adaptação dos espaços existentes para servir as novas funções- no antigo pátio surgiu um grande jardim e os antigos edifícios foram preservados e recuperados com algumas adaptações, fato que permitiu preservar a sua memória coletiva e dar um novo uso. Com a investigação realizada pode-se concluir que a preservação do património industrial é de extrema importância, sendo que a sua conservação e recuperação permite que todas as gerações usufruam desses espaços, podendo admirar as suas dimensões, maquinaria e recuperar relações entre as pessoas e os espaços do passado. O caso da fábrica de Ponte de Sor é um excelente exemplo, pois conseguiu preservar a sua memória e contribuir para o desenvolvimento cultural e social.

O Centenário Funicular do Monte de Santa Luzia

António Vasconcelos (APPI-TICCIH/Portugal)

Em Viana do Castelo localiza-se o funicular de Santa Luzia, que liga esta cidade à estância turística e o Santuário, com o mesmo nome, onde se situa o Templo Monumento do Sagrado Coração de Jesus (Igreja em estilo neo-bizantino, da autoria do arquitecto Ventura Terra). Entrou em serviço a 2 junho de 1923. A sua construção deveu-se à iniciativa do empresário Bernardo Pinto Abrunhosa, que tendo fixada residência em Viana do Castelo por volta de 1917 passou a interessar-se muito pelo desenvolvimento da Estância de Santa Luzia, tendo desempenhado o cargo de Juiz da Confraria de Santa Luzia. Este funicular tem uma extensão de 650 metros, vence um desnível de 160 metros e cruza três vezes com a estrada que de Viana se dirige para o Santuário. Refira-se que este funicular era e continua a ser o mais extenso e com maior desnível do nosso país. O accionamento era realizado por máquina eléctrica de origem suíça, equipada com redutor, do tipo sem fim. A subida é bastante agradável e os passageiros podem apreciar a bela paisagem minhota que envolve a cidade e o rio Lima, que se vai ampliando à medida que o funicular vai "trepando" ao longo da encosta.

Arquitetura industrial maldita: o caso do Matadouro Municipal de Viana do Castelo (1926)

Jorge Teixeira (ESTG/IPVC) Manuel Rivas (ESTG/IPVC) Ermanno Aparo (ESTG/IPVC) Liliana Soares (ESTG/IPVC) Rui Cavaleiro (ESTG/IPVC)

O antigo do edifício do Matadouro Municipal desta cidade foi projetado em 1913 pelo arquiteto português António Adelino Magalhães Moutinho e o pelo engenheiro espanhol J. L. Cortón Viqueira. O edifício foi finalizado em 1926, ano da sua inauguração. Esta construção arquitetónica consta de um edifício principal com planta em forma de "T", com dois andares, e uma série de edificações auxiliares à volta ao nível do solo. O complexo arquitetónico é constituído por um Edifício Central e pelas Alas Nortes, Sul e Oeste. O Edifício Central era reservado ao abate, à preparação e à queima de animais, sendo circundado de espaços abertos e outras construções, cujo acesso se fazia por portões em ferro localizados a Sul. A construção é realizada em alvenaria com a aplicação de material autóctone, nomeadamente, o granito. A cobertura apresenta-se inclinada com uma estrutura de madeira que recebe telha cerâmica tipo Marselha. A decoração apresenta elementos do período Art-Nouveau, mantendo na entrada principal a estrutura metálica que a preservava dos elementos climatéricos. A fachada principal repete a sua estrutura formal no fim dos outros dois braços de edifício e é coroada por um painel de azulejos que mostra o uso ao que estava destinada a construção. Como refere Peixoto "a encimar o vitral central exhibe intacto o majestático painel de azulejos, de fundo amarelo no qual sobressai em azul marítimo a epigrafe com a sua identidade: MATADOURO MUNICIPAL" (Peixoto, 1978). A aplicação do azulejo deve-se a três particularidades: O antigo Matadouro Municipal não tem proteção ainda que esteja identificado como imóvel património cultural construído no "Plano de Urbanização da Cidade". De acordo com dados do Município de Viana do Castelo edifício está inserido na "Área de Reabilitação Urbana Cidade Poente" para a qual existe já uma "Operação de Reabilitação Urbana para a ARU da Cidade Poente" em implementação. Os domínios de atuação e objetivos são para toda a área de reabilitação urbana e não especificamente para este edifício. De qualquer modo, o edifício está programado para ser um equipamento público no âmbito desta ORU.

Alvarães, Terra da Cerâmica

José Maria Miranda Pinto, Marcial Araújo Passos e Jaques Araújo Torres

Quase há 90 anos foi escrito na *Monografia de Alvarães*, do Cónego Cepa, publicada em 1939 que a "lavoura nacional é a classe nobre do país, na qual se conservam as tradições mais belas, os costumes mais puros e o folclore mais lindo e surpreendente". E acrescentava que este "bom povo de Alvarães trabalha a cantar e canta tantas vezes a chorar". Alvarães foi um centro agrícola por excelência, mas há muitos séculos atrás soube conjugar o setor primário da agricultura e pecuária com o setor secundário da indústria, graças à riqueza mineralógica do seu subsolo. O barro, matéria-prima essencial para o fabrico de telha e tijolo, é abundante em quase todos os lugares de Alvarães com predominância no lugar da Costeira, local onde foram construídos os fornos de cozedura. A nossa terra foi habitada desde a Pré-História como o comprovam os achados

arqueológicos aqui encontrados. Cá viveram os Romanos que fabricaram telha plana (tégula) e tijolo e daí o topónimo “Telheira”, que deu nome ao sítio dos fornos, assim como tijolo e tijoleira para o chão das suas casas. Aqui viveram os Mouros que fizeram telha e tijolo, que secavam ao sol sobre grandes lajes, no sítio dos Outeiros. Aqui viveram muitos outros povos que exploraram o barro a céu aberto e fizeram telha e tijolo. Alvarães, além de terra vincadamente agrícola, foi desde há séculos importante pelas suas indústrias, sendo a principal a indústria cerâmica, como acima demos a entender. A telha e o tijolo aqui produzidos foram conhecidos e valorizados ao longo dos tempos com registo que nos envaidece de alguma telha daqui saída tenha ido cobrir o Mosteiro de Santa Maria da Vitória ou Mosteiro da Batalha. Nas “telheiras” fabricava-se, por processos artesanais, a telha romana de diferentes tamanhos e o tijolo burro e o tijolo curvo, este para fornos de cozer o pão. O barro foi ali explorado em grande quantidade durante séculos e há relatos confirmados pela voz do povo que nos inícios do século XX ali funcionaram 25 fornos. Na década de 50 os fornos eram 8, todos a funcionar e com proprietários bem identificados. Os fornos deixaram de cozer telha e tijolo há muitos anos e estão lá dois reconstruídos para memória das gerações presentes e futuras. O progresso e a concorrência cerâmica das unidades fabris ditaram o fim dos fornos. Com as fábricas, ganharam os trabalhadores e todos souberam integrar-se num outro trabalho, num outro mundo, melhor remunerado, menos cansativo e de horários mais consentâneos com o ritmo de vida dos operários. Para além da Fábrica Jerónimo Pereira Campos & Filhos, Lda, a funcionar desde 1935, abriram, em 1958 mais duas unidades fabris: a Ceral e a Rosas. Anteriormente, em 1948, entrara em funcionamento uma unidade fabril de tamanho mais reduzido que também produzia tijolo, a Fábrica do Reis Lima, com curta duração. Por esta altura, no lugar do Xisto, existiu a Cerâmica Regional Vianense, conhecida por Fábrica dos Assobios, que produzia louça regional. Referência especial para a Fábrica Campos onde se produzia em grande quantidade tijolo vermelho de vários tamanhos, tijolo refratário, tubagem de grés, artigos sanitários e telha Marselhesa. Nesta unidade fabril chegaram a trabalhar 300 operários. Referência também para a Cerâmica Rosas construída na Tapada da Afonsa pelo empresário de Cossourado e residente em Balugães, António da Silva Rosa, e que nas décadas de 70 e 80 do século XX foi aquela unidade que mais tijolo produzia.